



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 01 de Novembro de 2019
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIII

Nº 1763



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1561, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.



"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CONCEDER REPASSE FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONTE CARMELO – APAE".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro à "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo – APAE", pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.288.626/0001-15, no valor de R\$ 37.100,00 (trinta e sete mil e cem reais), visando ao repasse da verba decorrente de emenda parlamentar do Deputado Federal Eduardo Barbosa.

Art. 2º. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.04.36.03.10.302.4005.3.005.3.3.50.41.00.00; Ficha: 802.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 29 de outubro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1562, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.



"INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADES

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, com a finalidade de implementar ações, mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem ao uso racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais, à recuperação da qualidade ambiental e à promoção da educação ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

§1º O Fundo Municipal do Meio Ambiente possui natureza contábil e financeira, é vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Meio Ambiente, e tem como gestor financeiro o Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA.

§2º O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º. O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Meio Ambiente, em articulação com o Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA, que terá as seguintes atribuições:

- I - elaborar a proposta orçamentária do fundo, submetendo-a à apreciação do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes, observadas a época e forma determinadas em Lei ou regulamento;
- II - organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro, de acordo com os critérios e prioridades definidos pelo CODEMA;
- III - celebrar convênios, acordos e contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do fundo.
- IV - ordenar despesas com recursos do fundo, respeitada a legislação pertinente;
- V - outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do fundo e de acordo com a legislação específica;
- VI - prestar contas dos recursos do fundo aos órgãos competentes.

Art. 3º. A execução dos recursos do fundo será aprovada pelo CODEMA, que terá competência para:

- I - Definir os critérios e prioridades para sua aplicação;
- II - Fiscalizar a aplicação dos recursos;
- III - apreciar a proposta orçamentária antes de seu encaminhamento às autoridades competentes para inclusão no orçamento do Município;
- IV - outras atribuições que lhe forem pertinentes, na forma da legislação municipal.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 4º. Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente aqueles a ele destinados, provenientes de:

- I - dotações orçamentárias e créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- II - taxas e tarifas ambientais, bem como penalidades pecuniárias delas decorrentes;
- III - transferência de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;
- IV - acordos, convênios, contratos e consórcios de ajuda e cooperação interinstitucional;
- V - doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VI - produto de multas impostas por infração à legislação ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente;
- VII - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;
- VIII - produto de licenças ambientais emitidas pelo Município;
- XIX - outros destinados por lei.

Art. 5º. São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente os planos, programas e projetos destinados a:

- I - custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;
- II - financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não governamentais que visem:
 - a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentável dos recursos naturais no Município;
 - b) a criação, manutenção e gerenciamento de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;

- c) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;
- d) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão;
- e) pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;
- f) manejo dos ecossistemas e extensão florestal;
- g) aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;
- h) desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Meio Ambiente, ou de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;
- i) pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;
- j) aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;
- k) contratação de consultoria especializada;
- l) financiamento de programas e projetos de pesquisa.

§1º Os planos, programas e projetos financiados com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de meio ambiente.

§ 2º O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA, editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

§ 3º Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 6º. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art. 7º. Aplicam-se ao fundo instituído por esta Lei todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundo assemelhados.

Art. 8º. Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 29 de outubro de 2019

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2204, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a regulamentação da Eleição de Diretor Escolar, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo 3º do art. 26 da Lei nº 1548, de 23 de agosto de 2019, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores da área da educação do Município de Monte Carmelo e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o referido dispositivo legal estabelece que "O Poder Executivo regulamentará a eleição dos Diretores, no prazo de 120 (cento e vinte dias)", contados da publicação da Lei;

DECRETA:

CAPÍTULO I Do Objetivo

Art. 1º. Os Diretores e os Vice-Diretores das instituições de ensino da rede pública municipal serão escolhidos pelo chefe do Poder Executivo

Municipal, observadas as disposições deste Regulamento.

Art. 2º. A Comunidade Escolar, mediante votação direta, secreta, facultativa e uninominal, proibido o voto por representação, indicará os nomes dos 03 (três) candidatos mais bem votados ao Prefeito Municipal, a quem caberá a escolha e nomeação.

§ 1º. Somente poderão ser indicados servidores efetivos e com formação em nível superior na área da educação.

§ 2º. Somente nas instituições de ensino com mais de 300 (trezentos) alunos e no mínimo 02 (dois) turnos, o(a) Diretor(a) será auxiliado(a) por Vice-Diretor(a).

Art. 3º. Para efeito deste Regulamento entende-se por Comunidade Escolar o conjunto de funcionários em exercício e pais, mães ou responsáveis por alunos regularmente matriculados e assíduos.

Art. 4º. Ficará a cargo da Comissão Eleitoral, designada pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Prefeito Municipal, o acompanhamento, organização, fiscalização e execução da eleição de Diretores e Vice-Diretores escolares municipais.

CAPÍTULO II Da Eleição

Art. 5º. A publicação do processo de eleição, sob responsabilidade da Comissão Eleitoral, dar-se-á por meio de Edital a ser afixado no mural ou quadro de avisos da Secretaria Municipal de Educação, que se constituirão, a partir daí, no espaço de divulgação de todo o processo de indicação do Diretor e Vice-Diretor.

Parágrafo Único – Além do espaço de divulgação de que trata o caput deste artigo, a Comissão Eleitoral poderá se utilizar dos demais meios de comunicação ao seu dispor para divulgar o processo de indicação do Diretor e Vice-Diretor à respectiva Comunidade Escolar.

Art. 6º. O Edital estabelecerá as formas e procedimentos de inscrição de candidatura, campanha eleitoral, bem como, votação e apuração dos votos.

Art. 7º. O escrutínio somente terá início após o encerramento do horário estabelecido para a votação.

Parágrafo Único. O horário de funcionamento das urnas será estabelecido pela comissão Eleitoral, contemplando todos os turnos, de forma a permitir a participação igualitária de toda Comunidade Escolar.

Art. 8º. Declarada sem validade a votação por qualquer motivo, a Comissão Eleitoral marcará em 24 (vinte e quatro) horas a data da nova votação, convocando toda a Comunidade Escolar com direito a votar, através de Edital publicado, nos termos dos artigos 5º, 6º e 7º deste Decreto.

Art. 9º. Cabe ao presidente da Comissão Eleitoral a responsabilidade pela guarda das urnas.

CAPÍTULO III Da Indicação e Escolha

Art. 10. Da eleição dos Diretores e os Vice-Diretores Escolares, serão selecionados, por cada unidade escolar, uma lista com 3 (três) candidatos mais bem votados, que será encaminhada ao Prefeito Municipal para escolha final e posse.

Parágrafo Único. Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em consideração os critérios na ordem abaixo relacionada:

- I - Maior tempo de serviço na Unidade Escolar;
- II - Maior tempo de serviço público municipal;
- III - Maior titulação;
- IV - Maior idade.

Art. 11. Na hipótese de candidatura de apenas 02 (dois) candidatos, caberá também ao Prefeito Municipal a escolha final, sem, contudo, ser afastada a eleição, visto que é necessária a aprovação pela comunidade escolar.

Art. 12. Não haverá eleição na hipótese de candidatura única, situação que garantirá a escolha livre do Diretor e Vice-Diretor Escolar pelo Prefeito Municipal, observadas as exigências legais.

Parágrafo Único. Também caberá ao Prefeito Municipal escolher livremente e de acordo com sua conveniência e oportunidade os Diretores e Vice-Diretores das unidades escolares em que não

houver candidatos habilitados.

Art. 13. O(A) Secretário(a) Municipal de Educação é a autoridade competente, na respectiva área de atuação, para:

- I - Tomar ciência do resultado do processo de indicação pela Comunidade Escolar;
- II - Receber a documentação e verificar o cumprimento dos requisitos legais pelos candidatos indicados;
- III - Oficiar o Prefeito Municipal, para fins de designação, informando a identidade dos candidatos indicados e a respectiva instituição de ensino.

CAPÍTULO IV **Das disposições Gerais**

Art. 14. A partir da data da instalação da Comissão Eleitoral até a data da votação para a indicação de Diretor e Vice-Diretor, toda movimentação de membro do magistério e de servidor em exercício no estabelecimento de ensino será realizada com a concordância do mesmo.

Art. 15. Os Diretores e Vice-Diretores Escolares serão nomeados para ocuparem o cargo por prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado 1 (uma) única vez por igual período, a critério da Administração Municipal.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, ouvida a Comissão Eleitoral.

Art. 17. Fica revogado o Decreto n.º 725, de 08 de dezembro de 2010.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 30 de outubro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 9801, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido KARINA SOBRINHO MARTINS, matrícula 440833, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 23/10/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 31 de outubro de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)